

O REFLEXO DA "DÉCADA PERDIDA" NA REESTRURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

*Sérgio Pio Bernardes*¹

1. INTRODUÇÃO

Em breve estaremos entrando no século XXI e o que só líamos em livros e víamos em filmes de ficção poderá se tornar realidade, trazendo reflexos positivos e negativos. As consequências negativas para o Brasil poderão ser de maior dimensão que as positivas, dado o tipo de desenvolvimento que tivemos, que combina sucateamento da estrutura produtiva, explosão demográfica e desestruturação do mercado de trabalho.

Este artigo tem como objetivo demonstrar esse padrão de desenvolvimento perverso a partir de três enfoques. Num primeiro momento, analisaremos a consolidação da estrutura produtiva e as flutuações no nível de atividade. Num segundo, demonstraremos as implicações do circuito vicioso que o país enfrenta que é o da taxa de crescimento demográfico, revolução tecnológica e desemprego. E num terceiro, e último, apontaremos os elementos fundamentais para um projeto de modernidade, chamando atenção para a parceria, a nova política industrial, o investimento em capital humano e o novo papel destinado à sociedade civil.

¹ Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCAMP). Mestre em Ciência Política pelo IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Sociólogo da Coordenadoria Municipal de Planejamento da Prefeitura do Município de Jundiá.

2. A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E AS FLUTUAÇÕES NO NÍVEL DE ATIVIDADE NOS ANOS 80

O processo de consolidação do capitalismo brasileiro foi tardio, e isso engendrou uma estrutura produtiva social excludente. Apesar dos avanços ocorridos na década de 70 na implantação de uma estrutura produtiva relativamente integrada e complexa, não foi possível garantir um desenvolvimento social que possibilitasse a conformação de um mercado de trabalho dinâmico.

O modelo de padrão de desenvolvimento implementado, com expressiva participação do Estado, teve seu esgotamento a partir da crise dos anos 80, fato este que trouxe influências nefastas para o processo de estruturação do mercado de trabalho. O fato mais agravante é que a participação do Estado como empresário se deu justamente nos setores estratégicos para o desenvolvimento da economia, como por exemplo, insumos básicos e infraestrutura.

A participação do Estado como promotor e gerenciador desse processo, até meados da década de setenta, era impulsionada pela possibilidade de acesso a recursos externos. Portanto, tal crescimento econômico foi viabilizado através de endividamento. Após os choques do petróleo em 1973 e 1979 e especialmente após o choque dos juros de 1978, essa política de financiamento da industrialização através de endividamento externo tornou-se perversa. A consequência desses adventos levou à redução drástica de investimento em formação bruta de capital. Dessa forma, "a EOS - Estrutura de Ocupação Setorial - definida no final dos anos setenta fica estabilizada e praticamente inalterada ao longo dos anos 80. O Estado recua e contrai apenas marginalmente sua presença em alguns setores criados nos anos setenta." (PRADO, 1993:93).

Esta ruptura desse padrão de financiamento fez com que o setor público estatal acumulasse problemas produtivos graves, como a deterioração física e o atraso tecnológico dos equipamentos produtivos. Essa falta de dinamismo levou alguns analistas a denominarem os anos 80 como sendo a "década perdida", uma vez que este período foi de " sistemática instabilidade da economia brasileira, marcado por flutuações do nível de atividade, tendência de crescimento das taxas de inflação, deterioração da capacidade de gasto do aparelho do Estado e uma situação constante de encilhamento em relação à dívida externa" (DEDECCA, 1993:319). Na tabela 01, a seguir podemos visualizar a taxa de crescimento do PIB, que ilustra as flutuações ocorridas na atividade econômica por setores da economia, ou seja, agropecuária, indústria e serviços. Um destaque importante a ser apontado nestes indicadores é a participação substancial do setor de Comunicações.

TABELA 1
Taxa Anual de Crescimento do PIB
BRASIL, 1980-1990

	1980	1981	1982	1983	83-86	86-89	1990
TOTAL	9,2	-4,39	0,57	-3,41	6,9	2,3	-4,03
Agropecuária	9,5	7,97	-0,49	-0,58	1,5	6,0	-3,72
Indústria	9,3	-8,85	0,02	-5,85	8,9	0,4	-7,4
- Transformação	9,1	-10,38	-0,18	-5,85	8,6	0,1	-8,68
- Construção Civil	9,0	6,06	-2,05	-13,96	8,2	0,4	-8,35
Serviços	9,0	-2,23	2,01	-0,79	6,3	3,2	-0,67
- Comércio	8,3	-6,17	0,34	-3,98	6,3	0,9	-5,93
- Transportes	7,5	-1,73	1,81	-2,2	7,4	4,2	-2,79
- Comunicações	19,9	12,82	16,8	10,97	16,9	12,9	9
- Inst. Financeiras	-	6,64	4,24	5,61	5,2	-1,1	-3,12
- Adm. Pública	-	2,22	2,22	2,22	2,2	2,1	2,07

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, RJ, 1991 apud DEDECCA, Cláudio Salvador & BRANDÃO, Sandra M. Chagas. " Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho "In.: DESEP- INCA. CRISE BRASILEIRA, ANOS OITENTA E GOVERNO COLLOR, São Paulo: Instituto Cajamar, 1993, p. 321.

Como se pode observar, a década de 80 foi marcada por flutuações significativas no nível da atividade e, conseqüentemente, esses reflexos também podem ser observados no que se refere à questão do emprego. Estas oscilações podem ser classificadas em três momentos: O primeiro compreende os anos 1981/83 e é marcado por uma queda substancial do nível da atividade e emprego. No segundo (1984/86), verificamos uma recomposição, sendo este período marcado pelo advento da "Nova Republica e pelo "Plano Cruzado". O terceiro período, que compreende os anos de 1986/89 é marcado

pela estagnação, que, a partir de 1990, se converte num significativo retrocesso no nível de crescimento.

Esta crise dos anos 80 é reflexo do esgotamento do modelo de crescimento dos anos 70, que " (...) impôs um ajuste do nível de emprego concentrado, em grande medida, nas atividades do setor secundário, que resultou em uma diminuição do assalariamento com carteira de trabalho assinada. Esta redução do nível de emprego não foi acompanhada por uma ampliação significativa das atividades terciárias, além, de se ter verificado estabilidade da ocupação agrícola. Deste modo, a crise conformou uma redução do espaço ocupacional que foi, em grande parte, compensada por um aumento brutal do desemprego " (DEDECCA, 1993:325).

3. EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA, REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E DESEMPREGO

O Brasil, como vimos anteriormente, ingressou tardiamente no processo capitalista e a forma como foi incorporada a força de trabalho no mercado não garantiu empregos e salários adequados ou mesmo uma situação de desemprego amparada por uma política social. A década de 90 coloca novos problemas para aqueles que almejam ingressar num mercado de trabalho que, por um lado, é extremamente dinâmico e exigente e, de outro, necessita cada vez menos de mão-de-obra. A revolução tecnológica trouxe mudanças marcantes no mercado de trabalho no qual " o mais evidente foi uma onda de demissões que produziu 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, conforme estatísticas da OCDE " (REVISTA VEJA, 1994:92).

Esse problema torna-se mais complexo quando verificamos que o crescimento demográfico no Brasil poderá provocar um aumento expressivo e cumulativo sobre a oferta de trabalho. Na tabela 2, podemos verificar que as projeções para a população, para o ano 2010, será de mais de 186 milhões de habitantes, e a hipótese mais dramática é a de que uma parcela considerável da população estará fora do mercado de trabalho, pois a " população nacional economicamente ativa será de 76 milhões de pessoas no ano 2000 e 88 milhões em 2010, refletindo uma demanda de 15,1 milhões de empregos durante 1990-2000 e de 13,6 milhões na primeira década do século XXI, só por causa do crescimento demográfico" (COSTA, 1992:98)

Tabela 2
População Segundo Anos - Aumentos Decenais, Número de Nascidos e Taxas de Crescimento, Natalidade e Mortalidade, Segundo Períodos - 1940 - 2010

ANOS	População #	Aumento #	r	b	m	Nascidos
1940	41,2	10,7	2,39	44,4	20,9	20,6
1950	51,9	18,2	2,99	43,5	13,5	26,2
1960	70,1	23,0	2,89	40,8	12,6	33,0
1970	93,1	25,4	2,48	33,8	8,9	35,6
1980	118,5	24,8	1,89	26,9	8,5	35,0
1990	143,3	22,2	1,43	21,1	6,9	32,5
2000	165,5	21,1	1,21	18,7	6,5	32,9
2010	186,6					

r = taxa de crescimento geométrico médio anual;

b = taxa bruta anual de natalidade;

m = taxa bruta anual de mortalidade;

* = Dados projetados para o Brasil independente das projeções regionais, em Manoel A. Costa. " Cenários demográficos para o Brasil", apresentado no Fórum Nacional, novembro de 1990.

Fonte:- IBGE, censos e CEPPD, O Segundo Brasil Apud COSTA, Manoel Augusto Costa. "O problema demográfico e as migrações internas" In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org) Estratégia Social e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. pg.77.

4. UM PROJETO PARA SUPERAÇÃO DA "SINDROME DA DÉCADA PERDIDA "

Nos últimos anos, a comunidade intelectual tem se debatido no sentido de buscar alternativas para "superar a síndrome da década perdida". Isto foi objeto de análise no Fórum Nacional realizado, em novembro de 91, no Rio de Janeiro, onde foram discutidos temas como: opções para o desenvolvimento, a questão do problema demográfico, educação e redistribuição.

Um das alternativas discutidas pela sociedade civil tem sido o projeto de modernidade, que incluiria revisão do Estado, privatização, competitividade, modernização das relações econômicas e inserção na economia internacional. A viabilidade para se conseguir esse projeto de modernidade de forma que contemple não somente a questão econômica como também a questão social e política, depende, segundo Reis Velloso, de um projeto que contenha quatro elementos importantes: parceria, nova política industrial, investimento maciço em capital humano e o novo papel destinado à cidadania e à sociedade civil. (VELLOSO, 1993)

Com relação à parceria, esta deve ser direcionada não só à parceria com a iniciativa privada mas, também, com a sociedade, pois através desta poderá ser possível encontrar alternativas e estratégias conjuntas para a implantação de um novo modelo econômico. Para isso, " cabe tentar evoluir, no mais curto prazo possível, para a idéia de 'compromisso democrático moderno'. Compromisso que significa um mínimo de solidariedade, por parte dos principais agentes econômicos - Estado, empresários, centrais sindicais -, em torno de um capitalismo moderno, de base social " (VELLOSO, 1993:11).

A nova política industrial deverá levar em consideração que o Brasil é dotado de uma economia diversificada e integrada, o que Reis Velloso designa como " modelo bi-direcional de mercado", baseado " na integração, em um só processo, de eixos como a reestruturação industrial (para dominar o novo paradigma industrial e tecnológico), a aceleração do progresso técnico-científico e uma nova inserção na economia internacional " (VELLOSO, 1993:12).

É necessário, também, fazer um investimento maciço em capital humano e direcionar a educação para a modernidade, no sentido de associar ciência, tecnologia e criatividade. Dessa forma, os sistemas de formação profissional deverão contemplar o aprofundamento dos conhecimentos técnico-científicos, a alteração da relação entre conhecimentos teóricos e conhecimentos práticos e a adoção de metodologias que desenvolvam o potencial individual. Dessa forma, o " objetivo de difusão de uma 'cultura tecnológica' também exigirá profundas transformações da escola regular, tais como revisão de currículos, programas e metodologia; um melhor preparo de seus professores; melhoria de recursos pedagógicos etc. de modo a transformar em efetiva realidade as funções e objetivos da educação em geral " (FOGAÇA, 1994:280).

O projeto de modernidade deverá, também, contemplar um novo papel para sociedade civil, que deverá vigiar a construção de um modelo de desenvolvimento que não deixe de lado as questões sociais.

5. CONCLUSÃO

Como vimos, o Estado no Brasil teve, por um lado, uma considerável participação na formação da estrutura produtiva brasileira em setores estratégicos, mas, por outro, não teve capacidade suficiente de investimentos para acompanhar a modernização tecnológica. Sendo assim, acumula simultaneamente problemas produtivos e financeiros muito graves. Nos últimos anos, as respostas que se colocam para a solução desses problemas tem sido a de transferir ativos do setor estatal para o setor privado, principalmente naqueles setores que são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico. A justificativa que se coloca para a realização de tal empreendimento é a de que a etapa de complementação dos setores básicos e do processo de substituição de importações está concluída, não se justificando mais a manutenção da presença estatal.

No entanto, tais reformulações dependem de duas mudanças fundamentais que estão em discussão na reforma constitucional, que é a Reforma do Estado principalmente no que se refere à questão fiscal e financeira. Só assim poderemos viabilizar um projeto de modernidade que possa atenuar os graves problemas que o capitalismo brasileiro irá enfrentar na próxima década.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, M. A. C. O problema demográfico e as migrações internas. In: VELLOSO, J. P. R. (Org) **Estratégia Social e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. pg.98.

- DEDECCA, C. S. & BRANDÃO, S. M.C. Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho. In: DESEP- INCA. **Crise Brasileira, anos Oitenta e Governo Collor**, São Paulo: Instituto Cajamar, 1993, p. 319.
- FOGAÇA, A. & SALM, C. Qualificação e Competitividade. In: VELLOSO & ALBUQUERQUE (ORGS) **Modernidade e Pobreza**, Fórum Nacional (1994: São Paulo) São Paulo: Nobel, 1994.
- PRADO, S. Crise do Estado e privatização: limites da visão neoliberal. In: DESEP- INCA. **Crise Brasileira, anos Oitenta e Governo Collor**, São Paulo: Instituto Cajamar, 1993., p. 93.
- REVISTA VEJA. A revolução que liquidou o emprego, edição 1.362, ano 27, número 42, São Paulo: Editora Abril. 19 de outubro de 1994.
- VELLOSO, J. P. dos R. A transição para a modernidade no Brasil. In: **As bases do Desenvolvimento Moderno**: Fórum Nacional (1993: São Paulo. Pobreza e mobilidade Social. São Paulo:Nobel, 1993.

